

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL  
CURSO DE PSICOLOGIA

THALITA BATISTA CAFFÉ

**O VÍNCULO NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA**

CORUMBÁ-MS

2023

THALITA BATISTA CAFFÉ

**O VÍNCULO NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA**

Trabalho apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do sul, Campus Pantanal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rômulo Ballestê Marques dos Santos.

CORUMBÁ-MS

2023

THALITA BATISTA CAFFÉ

**O VÍNCULO NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Corumbá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rômulo Ballestê Marques dos Santos

Orientador

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Carolini Cássia Cunha

---

Prof. Dr. Luís Fernando Galvão

## AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer à minha família que esteve ao meu lado durante toda a trajetória, em especial a minha mãe Jailta Batista dos Santos, meu pai Sandro Barreto Caffé e aos meus irmãos Ricardo Batista e Tiago Batista, por acreditarem e me apoiarem em todos os momentos que passei longe de casa.

Agradeço ao meu orientador Rômulo Ballestê Marques dos Santos por todo apoio, confiança, paciência, conselhos e pela amizade em todos esses anos. Obrigada por assumir esse desafio e pela preocupação em tornar as ideias e discussões possíveis ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores que contribuíram para a minha formação, que através dos ensinamentos permitiram chegar hoje ao final dessa etapa de maneira satisfatória, primordialmente às professoras Dra. Carolini Cássia Cunha, Dra. Ana Maria de Vasconcelos Silva, Dra. Vanessa Catherine Neumann Figueiredo, Dr. Luís Fernando Galvão, Dr. Ronny Machado de Moraes e Dr. Ilídio Roda Neves.

Agradeço aos amigos que pude conhecer e dividir experiências residindo em Corumbá-MS, principalmente, a minha companheira de turma Bianca Oliveira que esteve nessa caminhada desde o primeiro ano de graduação. Aos amigos que se foram e que não puderam estar presente nesse momento especial da minha vida, mas que estarão sempre no meu coração e nas minhas lembranças.

Aos meus amigos de Salvador-BA, agradeço, especialmente, a amizade da minha cunhada Ana de Souza.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as características do vínculo na constituição da subjetividade contemporânea, visando compreender a problemática envolvida na maneira como o laço social se constitui e participa da construção da subjetividade. Como ponto de partida foi realizado um levantamento bibliográfico, permitindo a exploração dos interlocutores que trabalham com a temática, como também uma pluralidade de tipos de vínculos que atravessam outras áreas, além das referências que foram utilizadas como fontes primárias neste trabalho. Contudo, o levantamento bibliográfico viabilizou situarmos as principais literaturas, para que a partir delas fossem organizados os capítulos. Dessa maneira, o primeiro capítulo introduz e contextualiza os conceitos dos autores Pichon-Rivière e Bowlby. O segundo capítulo apresenta as principais características a respeito da constituição da subjetividade e a relação com o Outro/grupo social, discutindo, portanto, a relação entre indivíduo, grupo e família. Por fim, o terceiro capítulo discute o vínculo a partir da relação entre o sujeito e a cultura contemporânea. Como resultado, entendemos que o sujeito é um ser social que está filiado a um grupo desde do início da vida e as tensões existentes são manifestadas por meio das relações sociais, deste modo, a concepção do eu se constitui a partir da vinculação inicial do encontro com o primeiro Outro, que usualmente é a mãe ou aquele(a) que fornece a função do cuidar. Em tal laço, o sujeito edifica a sua subjetividade, como também tende a repetir inconscientemente em suas relações futuras. A linguagem possui papel significativo neste processo e, por meio dela, que o inconsciente se manifesta, o sujeito se apresenta e se insere nos discursos do laço social.

**Palavras-chave:** vínculo; subjetividade; sujeito contemporâneo; Pichon-Rivière; Bowlby, laço social.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. VÍNCULO: O PRIMEIRO OUTRO .....	9
1.1 Pichon-Rivière: Teoria do Vínculo.....	9
1.2 John Bowlby: Teoria do Apego .....	12
1.3 Aproximações e diferenças entre a Teoria do Vínculo e a Teoria do Apego.....	16
2. CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A RELAÇÃO COM O OUTRO / GRUPO SOCIAL .....	17
2.1 Relações entre indivíduos e grupos .....	17
2.2 Família.....	21
3. A CULTURA E O SUJEITO CONTEMPORÂNEO .....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....	32
REFERÊNCIAS .....	33

## INTRODUÇÃO

As primeiras experiências na vida de uma criança desempenham um papel significativo em seu processo de desenvolvimento. Em geral, tais experiências iniciais de cuidado que o bebê tem permitem a produção daquilo que alguns autores, como por exemplo, Pichon-Rivière ou Bowlby, chamam de vínculo. Sejam relações parentais ou que envolvem outro indivíduo que desempenha o papel de cuidador do bebê, estão implicadas e fazem parte da constituição subjetiva. Portanto, colocam em cena a dimensão do Outro<sup>1</sup> e permitem que a criança adquira a percepção do mundo e da vida em sociedade. São relações que se caracterizam pela ligação de termos em duas funções: sujeito e objeto (Pichon-Rivière, 1998).

No entendimento de Bowlby (1981), o vínculo afetivo é resultante do comportamento social manifestado pelo sujeito e expresso no decorrer tanto da formação, manutenção, rompimento quanto da renovação dos vínculos emocionais. Portanto, o vínculo afetivo é a afeição que um sujeito inscrito na dimensão do Outro, e uma vez que se encontra na ordem do simbólico, manifesta-se em forma de sintoma, sonho, linguagem. Por sua vez, pode se personificar no Outro do amor transferencial, direcionando as demandas e os desejos (Quinet, 2012).

O objetivo deste trabalho é analisar as características do vínculo na constituição da subjetividade contemporânea, a fim de se compreender a problemática envolvida na maneira como o laço social se constitui e participa da construção da subjetividade. Propomos analisar as relações sociais de modo a se pensar na constituição subjetiva do sujeito, nas demandas modernas, nos desejos, no reconhecimento e na satisfação.

Como ponto de partida, lança-se mão de um levantamento bibliográfico, permitindo a exploração da temática e a obtenção dos aspectos qualitativos das informações, possibilitando compreender o fenômeno em estudo. A partir do levantamento foi possível encontrar comentadores que trabalham com a temática, bem como as referências principais acerca do tema, as quais puderam ser tomadas como fontes primárias os autores Pichon-Rivière e Bowlby. Além disso, o levantamento bibliográfico revelou uma

---

1 O Outro, segundo Lacan, – do termo *Autre*, em francês – é o lugar onde se coloca para o sujeito a questão de sua existência, de seu sexo e de sua história. Escrito com inicial maiúscula, dispensa o adjetivo “grande”. [...] A letra que aparece nos textos para se referir ao Outro é A. No entanto, Pichon-Rivière utiliza o termo Outro para se referir ao outro indivíduo que compõe o vínculo junto ao sujeito.

pluralidade de tipos de vínculos e que atravessam outras áreas de atuação como por exemplo, psiquiatria, pedagogia, enfermagem, assistência social, dentre outras. Os tipos de vínculos encontrados foram, vínculo na institucionalização e no acolhimento (Golin e Benetti, 2013); vínculo professor(a)-aluno(a) (Barros *et al*, 2007; Pion *et al*, 2019); vínculo entre mãe e filho(a) (Fernandes e Junior, 2021); vínculo entre mãe e filhos(as) hospitalizados(as), qual incluem as puérperas que acompanham o filho(a) recém-nascido(a) hospitalizado(a) (Monteiro, Pinheiro e Souza, 2007); vínculo entre sujeito e cultura, buscando abordar a contribuição da psicanálise à abordagem da cultura (Fuks e Rudge, 2018); vínculo contemporâneo e as consequências emocionais (Zaslavsky e Santos, 2005) e as relações parentais na formação da subjetividade (Saruwatari, Gaviglia e Antonio, 2018; Guerra, 2005).

O levantamento bibliográfico foi feito por meio da plataforma Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), uma biblioteca digital de livre acesso de modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros e pela plataforma Portal de Periódicos CAPES. Para a elaboração deste trabalho foram selecionados os trabalhos definidos como artigos. Sendo utilizados os seguintes descritores: vínculo, laço social e subjetividade; subjetividade da criança; psicologia; teoria do vínculo e subjetividade. E foram utilizados como critério de exclusão: 1) os trabalhos que não possuem tradução para o português, 2) os trabalhos que não tinham os descritores propostos por nossa pesquisa como principal aspecto em sua constituição e 3) trabalhos duplicados em ambas as plataformas.

Encontram-se certas semelhanças entre os autores e as teorias utilizadas nos trabalhos analisados, com isso pôde-se assim estudar a temática e definir os autores que foram centrais neste trabalho. Entretanto, não trata-se, aqui, de um trabalho de revisão bibliográfica. Partiremos do material encontrado no levantamento bibliográfico para nos situarmos sobre a literatura do tema, seus principais autores e problemas, para dessa maneira, organizar e desenvolver as ideias a seguir.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro introduz e contextualiza os conceitos desenvolvidos sobretudo pelos autores Pichon-Rivière e Bowlby. O segundo capítulo desenvolve uma investigação acerca das principais características a respeito da constituição da subjetividade e a relação com o Outro/grupo social, discutindo, portanto, a relação entre indivíduo, grupo e família. Por fim, o terceiro capítulo contém uma discussão entre o sujeito e a cultura contemporânea.

## 1. VÍNCULO: O PRIMEIRO OUTRO

### 1.1 Pichon-Rivière: Teoria do Vínculo

Enrique Pichon-Rivière nasceu em 1907 em Genebra, na Suíça e nacionalizou-se argentino. Psiquiatra e psicanalista, dedicou-se à investigação da estrutura e do funcionamento dos grupos e tipos de vinculações existentes. Além disso, seu interesse esteve voltado à investigação humanística, ao ensino da psicanálise e na formação de futuros profissionais. Sua obra articula o uso do conceito dialético organizado em estruturas gestálticas (Pichon-Rivière, 1998).

Pichon-Rivière é um autor importante para os estudos sobre vínculos. Para o autor, o ser humano desde o nascimento se encontra inserido em grupos sociais e a família costuma ser um dos primeiros e principais grupos em que um sujeito pertence. Fuks e Rudge (2018) comentam que Sigmund Freud apresenta tal seção no trabalho sobre o complexo do próximo, no qual possui “início em uma cena em que o recém nascido estabelece o primeiro e rudimentar laço social com o ser próximo, o primeiro Outro que atende ao seu grito de socorro, satisfazendo sua sede e fome” (Fuks e Rudge, 2018, p.1). Observa-se na relação estabelecida no grupo familiar, desde que se é recém-nascido que o primeiro outro, geralmente, é a mãe ou aquele que ocupa o lugar do Outro, tal relação é intitulada na teoria de Pichon-Rivière (1998) como Vínculo. Para Pichon-Rivière,

Um vínculo é um tipo particular de relação de objeto; a relação de objeto é constituída por uma estrutura que funciona de uma determinada maneira. É uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que funciona acionada ou movida por fatores instintivos (Pichon-Rivière, 1998, p.17).

Na análise do vínculo entre o sujeito e os objetos, observa-se relações de objeto não-diferenciado e diferenciado, o que pode ser entendido como vinculações cuja o caráter é de dependência ou de independência. O vínculo constituído entre o bebê e o Outro possui como característica uma relação não-diferenciada, isto é “uma relação de dependência” (Pichon-Rivière, 1998, p.14), na medida em que ele não é capaz de garantir os cuidados necessários que ele mesmo necessita. A relação não-diferenciada parte de uma condição que pode ser vista inicialmente como parasitária e depois se tornar

simbiótica conforme ocorre um investimento que abranja circunstâncias afetivas e emocionais. Tal relação se transforma em simbiose na medida que a criança e a figura materna não se distinguem. Pode-se reconhecer como parasitária, por exemplo, a dependência completa que o bebê estabelece com o seio materno. O bebê suga literalmente o seio da mãe obtendo alimento. Segundo Pichon-Rivière (1998),

Quando a criança depende totalmente de seu objeto mãe deposita partes internas nela, e quando a mãe faz o mesmo, ou seja, deposita na criança partes internas dela, ocorre entre ambas um entrecruzamento de depósito, criando para cada uma delas dificuldades para reconhecer o que é propriamente seu. [...] [Por conseguinte, conforme a] situação de simbiose vai diminuindo, o objeto e o sujeito têm um limite preciso, já não estão mutuamente confundidos, mas sim diferenciados (Pichon-Rivière, 1998, p.14).

Na teoria de Pichon-Rivière, o vínculo é compreendido como conceito instrumental que pode ser manejado e constituído de acordo com as relações estabelecidas pelos indivíduos. Uma vez que o vínculo é sempre um vínculo social, os primeiros vínculos na vida de um sujeito são determinantes para o seu processo de desenvolvimento, como também, em todas as relações sociais futuras. Na relação formada entre o sujeito e os objetos a constituição da subjetividade está implicada, de tal forma que, a relação intersubjetiva possui aspectos particulares e cada vínculo adquire sentido e significado para o sujeito.

Segundo Pichon-Rivière (1998, p.17), a “relação de objeto é a estrutura interna do vínculo” e a conduta habitual manifestada pelo sujeito em relações interpessoais pode ser compreendida como a internalização do objeto. A partir disso a relação que o eu estabelece com os objetos pode ser analisável. Assim, a dimensão intrapsíquica é denominada de campo interno de natureza interpessoal e grupal. A psicanalista Melanie Klein<sup>2</sup> contribuiu para o esclarecimento dessa situação particular a partir da sua teoria das relações objetais.

A introspecção serve de método de “investigação voltada para o esclarecimento do objeto interno [...] é um diálogo interno com um objeto que tenta esclarecer não tanto o

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, não trataremos da teoria das relações objetais proposta por Melanie Klein. A esse respeito ver: Klein, Melanie. (Org.). Novas tendências na psicanálise (2a. ed.). Rio de Janeiro: Guanabara. 1969.

objeto em si, mas o vínculo particular que esse objeto estabelece como eu do sujeito” (Pichon-Rivière, 1998, p.18-19).

As condutas dos sujeitos possibilitam a compreensão dos objetos internalizados os quais comparecem desde o estabelecimento do primeiro vínculo constituído com a mãe ou cuidador(a) introjetando e projetando no sujeito os objetos de desejo. Na vivência de tal vínculo as representações são trazidas pelo outro em que “o mundo interno também é construído pelas experiências do mundo externo, neste sentido é construído um mundo particular que não é o externo, mas que é para o indivíduo tão real quanto” (Pichon-Rivière, 1998, p. 35). Portanto, a teoria do vínculo serve como instrumento de investigação e de compreensão do campo intrapsíquico do sujeito e os diversos quadros psicológicos manifestados por ele. Em suma, a categoria de vínculo internalizado que o sujeito possui em relação ao objeto pode ser submetida à análise desde que a dinâmica entre o mundo interno e o mundo externo seja colocada sob escrutínio.

Estudando fenômenos sociais na vida de um sujeito, Pichon-Rivière (1998) se debruça sobre o estudo da psicopatologia do vínculo para compreender o aspecto patológico desde o vínculo denominado normal até a apresentação de eventuais alterações patológicas apresentadas por ele. Pichon-Rivière distingue algumas categorias, como as que estão no trecho do autor a seguir.

O vínculo paranóico: caracterizado pela desconfiança, pela exigência que o sujeito experimenta em relação aos outros. O vínculo depressivo, está permanentemente carregado de culpa e expiação. O vínculo obsessivo, relação de controle e ordem. O vínculo hipocondríaco, relação que o indivíduo estabelece com o outro através do seu corpo, da saúde e da queixa. O vínculo histérico, possui como característica a plasticidade e a dramaticidade, acerca da fantasia que está atuando por baixo. [uma representação acerca da sintomatologia]. (Pichon-Rivière, 1998, p.3)

O corpo do sujeito exerce papel fundamental, pois é por meio dele, que ocorre a representação de determinadas manifestações, sendo a sintomatologia a expressão dos conteúdos ou fantasias do inconsciente. Para Pichon-Rivière, é a partir da linguagem corporal que o sujeito se expressa e é por meio da conduta que se torna possível a observação do tipo de vínculo entre o sujeito e o objeto.

Além disso, nenhum sujeito apresenta um único tipo de vínculo ou se mantém atrelado ao vínculo inicial porque toda e qualquer relação de objeto é composta por

multifacetadas. Como por exemplo, o grupo social em que o sujeito está inserido é campo formado de variados tipos de vinculações. Aprofundaremos tais noções no segundo capítulo deste trabalho, desenvolvendo melhor como Pichon-Rivière se dedica à análise psicossocial, sociodinâmica e institucional do grupo familiar para se obter um quadro da estrutura subjetiva, os motivos e causas das manifestações exercidas sobre o sujeito.

## 1.2 John Bowlby: Teoria do Apego

O Edward John Mostyn Bowlby nasceu em 1907, em Londres, no Reino Unido. Psicólogo, psiquiatra e psicanalista, se dedicou ao estudo do desenvolvimento infantil, sendo pioneiro na temática da teoria do apego. Em sua obra apresentou as consequências das relações objetais, da perda temporária ou permanente da figura de apego nos primeiros anos de vida (Bowlby 1981; 1997; 2002).

No texto “*Cuidados maternos e Saúde Mental*”, Bowlby (1981) discute a qualidade dos cuidados que uma criança deve receber nos primeiros anos de sua vida e da importância desta função para o desenvolvimento, estrutura e funcionamento da subjetividade. Bowlby entende o vínculo afetivo como a afeição que um sujeito sente por Outro. Esse vínculo afetivo é resultante do comportamento social manifestado por cada sujeito e é expresso no decorrer da formação, manutenção, rompimento e renovação dos vínculos emocionais. De modo que,

Em termos de experiência subjetiva, a formação de um vínculo é descrita como apaixonar-se; a manutenção de um vínculo como amar alguém, e a perda de um parceiro como sofrer por alguém. Analogamente, a ameaça de perda gera ansiedade e a perda real causa tristeza; ao passo que ambas as situações podem despertar raiva. Finalmente, a manutenção incontestada de um vínculo é experimentada como uma fonte de segurança, e a renovação de um vínculo como uma fonte de júbilo (Bowlby, 1997, p. 65).

Nota-se que desde a infância, os bebês estão atentos aos significados dos gestos, ao tom de voz e as expressões faciais dos adultos, diante disso são mais passíveis as atitudes emocionais daqueles que os cercam. As emoções, os vínculos afetivos e os estados subjetivos tendem a ocorrer simultaneamente, por isso, Bowlby diz que “muitas das mais

intensas emoções humanas surgem durante a formação, manutenção, rompimento e renovação de vínculos emocionais” (1997, p.65).

Na teoria de apego, Bowlby (2002) formula que tanto a figura materna durante a primeira infância quanto o estabelecimento do primeiro vínculo entre o sujeito e o Outro são fundamentais para a edificação da subjetividade. A formação da dimensão subjetiva depende das experiências vividas pelo sujeito e o Outro. Segundo Bowlby (2002, p. 222),

O comportamento de apego é considerado uma classe de comportamento social de importância equivalente à do comportamento de acasalamento e do parental. [...] O comportamento de apego é visto como aquilo que ocorre quando são ativados certos sistemas comportamentais.

O comportamento de apego não é estático e isso é evidente, por exemplo, na interação entre pais e prole difere de outras relações que o sujeito estabelece ao longo da vida. Como vimos, o comportamento de apego é, inicialmente, direcionado para um indivíduo específico, usualmente a mãe. E quando há indício de afastamento, ainda que por períodos curtos, o bebê manifesta uma intensificação do comportamento de apego. Para o bebê, “o comportamento de apego foi definido como a busca e a manutenção da proximidade de um outro indivíduo” (Bowlby, 2002, p. 240). O cuidador (a) por sua vez, ao corresponder com reciprocidade fornece o “comportamento de cuidar” (Bowlby, 2002, p. 225), e na ausência desta figura, o bebê busca efetivamente por aquele que dá suporte, proteção e cuidado em situações de desconforto, de fome, de sede, de calor, de frio, dentre outras.

Bowlby defende que “o primeiro e mais persistente de todos os vínculos é geralmente entre a mãe e o seu filho pequeno, um vínculo que frequentemente persiste até a idade adulta” (Bowlby, 1997, p. 64). Conforme o bebê cresce declina o comportamento de apego que também diminui a frequência de certos fenômenos vivenciados pela criança como ameaçadores, por exemplo, afastamento forçado da mãe e ruptura precoce do vínculo.

Se por um lado, as situações em que a criança é afastada da figura materna são caracterizadas como “privação da mãe” (Bowlby, 1981, p. 14), parcial ou total, e podem causar sentimentos de angústia, sofrimento e busca intensa de amor, o qual pode se transformar em culpa, em patologias nervosas, em desenvolvimento e em funcionamento

atípico da subjetividade. Por outro, para que haja o desenvolvimento normal é fundamental certo afastamento sobretudo a partir dos três anos de idade, para que aconteçam novas experiências de vinculação social.

No início do processo de afastamento, Bowlby (1981) considera necessária a representação de uma figura de apego substituta, é um processo comum no período de adaptação da criança na escola ou na creche, quando a mãe ou a figura de apego permanece no local por um determinado tempo até que a criança se sinta segura e se aproxime da figura substituta, que neste caso seria alguma educadora. No entanto, “relações insatisfatórias na primeira infância predis põem as crianças a reagirem, mais tarde, de forma anti-social diante das tensões” (Bowlby, 1981, p. 15).

No texto “*A tendência anti-social*” Winnicott (2005a) reconhece a relevância da produção de Bowlby acerca da privação emocional. Para Winnicott há uma relação entre a tendência anti-social e a privação, uma vez que a tendência anti-social pode ser observada em crianças de todas as idades que experienciaram situações de sofrimento ou carência de aspectos proporcionados pela vida familiar e por tanto houve uma falha na continuidade dos cuidados. Para Winnicott (2005a, p. 139),

O comportamento anti-social será manifesto no lar ou numa esfera mais ampla. Em virtude da tendência anti-social, a criança poderá finalmente ter que ser considerada desajustada e receber tratamento num alojamento para crianças desajustadas, ou pode ser levada aos tribunais como criança incontrolável. Agora, delinquência, a criança pode tornar-se um indivíduo em liberdade condicional sob mandado judicial ou ser enviada para um reformatório. Se um aspecto importante do lar deixa de funcionar, a criança pode ser assumida [...] e receber assistência e proteção. Se possível, será encontrado um lar adotivo.

A experiência de Winnicott com crianças órfãs da II Guerra Mundial ajudou-o a entender que o ato anti-social é marcado pela existência de uma tendência anti-social, ou seja, a perda de algo significativamente bom e positivo para a criança que foi retirado de maneira precoce, como por exemplo, a perda da figura de apego, em situações traumáticas ou durante um longo período. Winnicott (2005a) identifica a avidez como um sintoma na criança, que se apresenta como uma procura intensa, uma busca que possa tamponar a angústia. Quanto ao comportamento delinquente seria a busca do objeto e das experiências que foram perdidas.

Crianças que sofreram privação deixam de manifestar o sentimento de esperança. Para Winnicott (2005a, p. 139), “o ato anti-social é uma expressão de esperança”, o qual a criança busca que suas necessidades sejam atendidas, reavendo certas maneiras, daquilo que foi perdida pela privação. Portanto, na busca pelo objeto, a criança pode lançar mão de atos ilícitos ou reprováveis como, o furto e a destruição, sendo o “furto associado à mentira como o centro da tendência anti-social” (Winnicott, 2005a, p 141). Assim, a tendência anti-social eclode na criança por meio de brigas, mentiras, fugas, agressividade, furtos, dentre outros sintomas relacionados com sofrimento, incerteza e angústia. Neste tipo de situação, é necessário considerar os vínculos estabelecidos entre os membros do grupo familiar ou aqueles que ocupam o lugar de cuidado, uma vez que a tendência anti-social envolve uma diversidade de aspectos e em alguns casos pode estar relacionada a problemas que os próprios pais vivenciaram (Winnicott, 2005a; Bowlby, 1997).

A privação muitas vezes acontece em situações de institucionalização, em espaços de acolhimento, em hospitais, em colégios internos ou em creches. As instituições que, ainda que tenham como objetivo a promoção do cuidado e do acolhimento podem possuir práticas que podem gerar experiências de privação, precarização do cuidado e vivência de abandono.

Bowlby entende que,

Existe uma forte relação causal entre as experiências de um indivíduo com seus pais e sua capacidade posterior para estabelecer vínculo afetivo, e que certas variações comuns dessa capacidade, manifestando-se em problemas conjugais e em dificuldades com os filhos, assim como nos sintomas neuróticos e distúrbios de personalidade (Bowlby, 1997, p. 128).

Os indivíduos constituem em sua vida laços que ultrapassam a dimensão biológica presente na função de nutrição ou de reprodução de espécie, buscando vincularem-se entre si por razões de produção cultural, semiótica e capitalista. Portanto, o comportamento de apego está para além da relação mãe-bebê (Bowlby, 1997). A experiência de laços afetivos está presente no curso da vida de um sujeito seja constituído novos, rompendo antigos ou fortalecendo laços que demandam investimento do sujeito. Afinal porque o sujeito em fase adulta se aproxima uns aos outros?

A propensão do sujeito a estabelecer laços sociais está implicado na sua existência e no enternecimento das suas relações emocionais e em como o sujeito lida com os dramas que acometem a sua vida. As manifestações de comportamento resultante da aproximação

com o Outro, reprisa, de alguma maneira disfarçada ou alterada as experiências que possuiu com a figura de apego nos primeiros anos de vida.

### 1.3 Aproximações e diferenças entre a Teoria do Vínculo e a Teoria do Apego.

Tanto Bowlby (1981; 1997; 2002) quanto Pichon-Rivière (1998) enfatizam que é possível investigar a estrutura da subjetividade observando a conduta de um sujeito em relação a um objeto. Em ambas teorias, a figura materna é compreendida como essencial no estabelecimento inicial de vínculo do sujeito com o outro. Ademais, de acordo com o desenvolvimento de tal laço o sujeito edifica a sua subjetividade, como também tende a repetir inconscientemente em suas relações futuras.

Ambos os autores apontam que o vínculo primitivo com os pais reverberar nas relações futuras do sujeito.

Ambos nasceram em 1907, Bowlby em Londres, no Reino Unido e Pichon-Rivière em Genebra na Suíça.

Diferente da teoria do vínculo, na teoria do apego Bowlby apresenta as relações de vinculações de outras espécies, como por exemplo como ocorre entre os bebês símios e filhotes de pato. Pode-se observar também que a relação de apego é para além de mãe-bebe, o apego com a figura materna deriva da satisfação da necessidade de alimento, por conseguinte torna-se uma questão cultural e social.

## 2. CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A RELAÇÃO COM O OUTRO / GRUPO SOCIAL

### 2.1 Relações entre indivíduos e grupos

Para o sujeito se constituir faz-se necessário que a função de cuidado opere, que o Outro exerça a função materna. Segundo Saruwatari, Gaviglia e Antonio (2018, p. 485), “a ideia de função materna na psicanálise é aquela que por meio dos cuidados envolvidos pelo desejo instaura nesse corpo uma subjetividade”. Aquele que cuida ocupa a função de Outro e fornece o gozo gerando satisfação e identificação em forma de significantes, proporciona condições para que o bebê constitua um lugar de sujeito. O vínculo estabelecido entre o bebê e o(a) seu(a) cuidador(a) compõe parte significativa do desenvolvimento da subjetividade, pois é a partir da experiência com o outro que o bebê constitui a percepção da realidade.

A análise do grupo social feita por Pichon-Rivière (1998) permite observar diferentes tipos de vínculos entre os componentes de um grupo, como por exemplo, o grupo familiar, em que o sujeito pode estabelecer relações específicas dirigidas a cada membro do grupo. Portanto, encontram-se três dimensões de investigação na teoria do vínculo: a investigação do indivíduo; a do grupo e a da instituição ou sociedade. Tais dimensões configuram três categorias de análise: psicossocial, sociodinâmica e institucional. Segundo Pichon-Rivière (1998) a investigação psicossocial possibilita analisar o sujeito e as suas manifestações com aqueles que sejam próximos. No estudo sociodinâmico analisa-se a pluralidade das tensões entre os integrantes do grupo familiar do sujeito. E a análise institucional compreende a investigação do grupo em relação a sua estrutura, ideologia, composição, origem, história, economia e política.

As três categorias de análise propostas por Pichon-Rivière pretendem cobrir a totalidade da experiência de grupo com todas as suas tensões. É no conjunto de tensões do grupo que são evidenciados aspectos como: a liderança, exercida por um membro do grupo; a influência do pai ou a falta dele e as disputas por novas posições ou direções de projetos e decisões. As posições de cada membro, as influências e disputas mobilizam a dinâmica do grupo, dado este que possibilita a observação da formação de um quadro da estrutura subjetiva, as causas das manifestações que exercem pressão sobre o sujeito e quais estímulos podem gerar ruptura e desequilíbrio. A ruptura ou a perda de prestígio de

um líder da família proporciona o surgimento do adoecimento de um dos membros que integram o grupo familiar, porque cada membro desta instituição possui um papel na dinâmica e na manutenção do grupo. Ao sofrimento desencadeado, Pichon-Rivière (1998, p. 07) diz que,

O surgimento de uma psicose dentro de um grupo familiar tem de estar relacionada com a perda de prestígio do líder e também com a totalidade do que ocorre dentro desse grupo. A psicose é o emergente novo e original que surge em consequência da ruptura do equilíbrio familiar. Por isso, quando tratamos um psicótico, vamos descobrindo pouco a pouco que esse psicótico, através de sua psicose, transforma-se, em certa medida, em líder de seu grupo familiar.

Nesta perspectiva, pode-se considerar que o sujeito em sofrimento psíquico é a representação de uma estrutura tanto individual quanto familiar, na medida que o adoecimento cumpre a função de preenchimento da totalidade do grupo. O adoentado assume a função de liderança uma vez que por meio do seu sofrimento pode estabelecer uma forma de controle sobre o meio familiar, fazendo com que o grupo procure tratamento (Pichon-Rivière, 1998).

Segundo Winnicott, no texto “*O alicerce da saúde mental (2005b)*”, o efeito produzido pela separação da figura materna, especialmente durante a primeira infância, pode proporcionar desamparo emocional, como também é capaz de impactar em uma subjetividade insatisfatória provocada pela vivência de privação de uma vinculação mais positiva e acolhedora. Para o autor, “a base da saúde mental adulta é constituída na infância e, é claro, na adolescência” (Winnicott, 2005b, p. 191).

Entretanto, não podemos considerar tal percepção como determinista de que as angústias tem consequência na vida adulta como um fenômeno de causa e efeito, tratando os vínculos e as experiências que aconteceram durante a infância como produtora de um sujeito passivo pelo seu passado. Já se entende por meio das fastas produções teóricas desenvolvidas por autores da psicologia para aceitar tal ideia. O sujeito responderá, cada um de sua maneira ao que acontece ao longo de sua vida, criando alternativas que não estavam previstas. É preciso apostar nesta dimensão criativa, produtiva do sujeito. O processo analítico, por exemplo, possibilita que o sujeito tenha a oportunidade de contar a sua própria história e consequentemente produzir a si mesmo em um processo de singularização.

Deste modo, a sintomatologia deve ser observada e considerada como um sinal das dificuldades no desenvolvimento emocional e o estudo das tensões internas ao grupo familiar se torna indicativo assim como a análise do momento em que ocorreu a ruptura do equilíbrio do grupo e os movimentos produzidos dessa ruptura acerca da saúde do sujeito (Pichon-Rivière, 1998).

Embora incidam sobre diferentes aspectos tanto a sociedade quanto o grupo familiar são vistos como um sistema de relações sociais e a partir da dinâmica do grupo permitem a análise do laço entre os seus membros, as leis e regras que exercem forças nessas vinculações. O pesquisador e pensador no campo da psicanálise, Bion (1975) se debruça sobre o estudo da dinâmica dos grupos a partir das experiências no período de guerra e pós guerra e observa os indivíduos e suas relações objetais, as tensões do grupo e os fenômenos emocionais implícitos nele. O grupo é compreendido como uma reunião de pessoas com um objetivo em comum e cada membro contribui para a formação e manutenção dessas relações a fim de conseguir um “bom espírito do grupo” (Bion, 1975, p. 17), por bom espírito do grupo entende-se

Um propósito comum; Um reconhecimento comum (limites, posições); A capacidade de absorver novos membros e perder outros sem medo de perder a individualidade grupal (o caráter do grupo deve ser flexível); A liberdade dos subgrupos internos de terem limites rígidos; Cada membro individual é valorizado por sua contribuição ao grupo e possui liberdade de movimentos dentro dele; O grupo deve ter capacidade de enfrentar o descontentamento dentro de si e possuir meios de tratar com ele; O tamanho mínimo do grupo é três, dois membros tem relações pessoais; com três ou mais, há uma mudança de qualidade (Bion, 1975, p.18).

Para Bion (1975), o sujeito é um ser social que está filiado a um grupo, colocando o bem-estar de tal grupo em primeiro lugar. A neurose, portanto, é apresentada como uma problemática do grupo e é manifestada por meio do comportamento do sujeito e suas consequências são sentidas coletivamente. Segundo Bion, “os comportamentos neuróticos se somam às dificuldades da comunidade, destruindo a felicidade e a eficiência” (1975, p. 06).

A teoria do campo de Kurt Lewin (1948) apresenta o grupo social como uma totalidade dinâmica na qual é mais do que a soma dos membros. Atribui-se a ele os estudos iniciais sobre a interdependência e subjetividade grupal cuja influência incide sobre o sujeito e as representações que ele tem dos fenômenos sociais.

O grupo social participa da constituição das percepções, dos sentimentos e das condutas. Condutas que são manifestas por meio da influência de padrões sociais produzidos e reproduzidos pelo grupo, status que os sujeitos ocupam e as forças que os levam a pertencer aquele grupo ou desejar pertencer. De modo que, como diz Lewin “ter certeza do grupo a que pertence é a única maneira, tanto para a criança quanto para o adulto, de evitar as devastações da angústia, do ódio a si mesmo e do ressentimento debilitante” (Lewin, 1948, p. 13).

Na teoria lewiniana a liderança, a estrutura, o poder e a comunicação grupal são noções importantes que segundo o autor,

A liderança é o determinante decisivo da atmosfera do grupo, uma boa solução dos conflitos sociais exige a atividade de líderes preparados e democráticos. Essa liderança não é uma simples utilização de alguns meios engenhosos para permitir que as pessoas se sintam bem: um líder democrático não é apenas uma pessoa hábil, capaz de convencer. O processo democrático é complexo e é preciso preparar tanto os líderes quanto os membros do grupo para nele desempenhar os respectivos papéis (Lewin, 1948, p. 11).

A psicologia de grupo de Lewin funda uma teoria sobre grupos, como também deixa evidente seu compromisso com a formação pessoal para afeição na vida pública. Para Lewin (1948), compreender as problemáticas que permeiam a vida do grupo, fatores como, relações espaciais, dinâmica do sujeito, tensões, força de campo, decisão de grupo, é tão importante quanto o sentimento de grupo, pressões provenientes do campo ao redor do sujeito e as relações entre líderes e membros. Pode-se destacar dois estilos de liderança, segundo a Teoria do campo, a liderança democrática, na qual produz em seus membros normas, grupos construtivos e independentes visando um trabalho produtivo, e a liderança autocrática, cuja membros manifestam condutas agressivas e apáticas.

Contudo, é interessante como surgirão críticas à psicologia lewiniana e novas proposições serão feitas, como no caso dos institucionalistas. Lapassade (1997) formula o grupo social como “um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião” (Lapassade, 1997, p. 65). Nas organizações sociais o grupo é constituído por regras, leis e normas que objetificam uma finalidade em comum e devem ser seguidas pelos membros. Aqueles que não adotarem em suas condutas as finalidades propostas no grupo é usualmente rejeitado, ou seja, “um membro

que se desvia coloca um problema para o grupo: ao mesmo tempo que se tende a rejeitá-lo, pode-se formular a hipótese de que ele poderia trazer para o grupo elementos novos de solução para os problemas que o grupo se coloca” (Lapassade, 1977, p. 71).

Ao abordar a dinâmica de grupo, Lapassade (1977) cita Kurt Lewin ao retratar sobre o desenvolvimento das características gerais da vida em grupo que inicialmente é observada em experimentos laboratoriais e por conseguinte ocupa-se das soluções dos fenômenos sociais. Desse modo, “a pesquisa em dinâmica de grupo refere-se essencialmente à coesão nos grupos, às comunicações, aos desvios, à mudança, à resistência à mudança, à criatividade dos grupos, ao comando” (Lapassade, 1977, p.67). Na noção lewiniana de dinâmica de grupo define grupo como um sistema de forças, o que impulsiona, os fins que ele atribuiu e quais as forças internas e externas que agem sobre tal configuração.

O sistema de comunicação é essencial no processo da dinâmica da vida do grupo porque a circulação de informações é gerada por meio de um processo de relações interpessoais. A comunicação pode ocorrer de duas maneiras, verbal e não-verbal, a depender da estrutura utilizada pelo sujeito acarretara em consequências no funcionamento do grupo e na tomada de decisões (Lapassade, 1977).

Portanto, a estrutura dinâmica existente em um grupo e as maneiras que estas se interligam, possibilita a compreensão dos objetivos, das motivações, das normas, dos desejos e dos papéis atribuídos para cada integrante. Essa dinâmica é constituída a partir de uma consciência grupal, “não se trata das organizações sociais como tais; não se trata sequer dos aprendizados da comunicação, da cooperação e da gestão, nem mesmo se trata da educação social” (Lapassade, 1977, p. 96). Ao pensar o sujeito como parte constituinte de um grupo, é pensar em uma subjetividade grupal, o grupo como reflexo da própria imagem interpretativa da realidade. A linguagem é o material nesse processo grupal, uma vez que por meio dela que se determina quem pode ou não fazer parte, é por meio desta que se revela o inconsciente, os seus mecanismos e os efeitos de dominação.

## 2.2 Família

A família adquire configuração e função marcada na modernidade. Tal desdobramento deve repercutir sobre o grupo familiar, no qual segundo Lévi-Strauss (1986) na cultura moderna é tomado como um atributo valorativo ao estado conjugal de uma família, os laços sociais entre os membros de uma sociedade os quais são marcados por uma forma particular de relação. O laço estabelecido entre os cônjuges é indicativo da ordem da filiação dos filhos, neste sentido, nas sociedades ocidentais, é comum que o casamento monogâmico confira um estatuto oficial e seja tratado como modelo a ser seguido por motivos morais, religiosos, culturais ou econômicos. O casamento como laço legal, detém um caráter diferente de outras uniões temporárias ou permanentes e implica a presença do Estado de direito na legitimação desse contrato.

A família tem a sua origem no casamento; Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem agregar; Os membros da família estão unidos entre si por: Laços jurídicos, direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa, ou outra; Uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc (Lévi-Strauss, 1986, pp.75-76).

No domínio da organização social, a família é a representação de uma instituição que delinea o agrupamento e parentesco entre os sujeitos, no qual o casamento proporciona o laço entre os grupos e os membros, estabelecendo uma dependência entre as linhagens, produzindo um contínuo movimento nas relações sociais, alianças entre linhagens diferentes e filiações dessa união. Lévi-Strauss (1986) explica que “em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias” (Lévi-Strauss, 1986, p. 88), e essa trama vai pouco a pouco constituindo o tecido social.

A partir do estabelecimento da aliança entre as famílias a relação de parentesco entre os sujeitos é formulada, Lévi-Strauss (1986) apresenta três categorias; afinidade/aliança (marido e mulher), filiação (pais e filhos) e consanguinidade (entre irmãos) essa estrutura corresponde a um sistema que envolve regras, leis, normas e manifestações que operam por todos os grupos sociais.

Pode-se discutir que, o entrelaçamento das famílias para além da concepção de família tradicional compreendida em sociedades ocidentais (pai, mãe e filhos), ou seja, a família consanguínea, faz-se necessário que os grupos estejam dispostos a constituir

alianças com indivíduos de linhagens distantes, como acontece em diferentes culturas. Diferente do convencional modelo encontrado no ocidente de maneira hegemônica, não podemos deixar de ressaltar que a constituição familiar é um fato cultural e as mais variadas estruturas são encontradas nas diferentes culturas. Em vista disso, a dicotomia entre a natureza e a cultura é o que concebe a raiz da sociedade. Para Lévi-Strauss (1986);

O que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade - pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além das consanguinidade - e que o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança (Lévi-Strauss, 1986, p. 88).

A estrutura familiar constituída por meio da aliança entre grupos, possibilita a existência da vinculação com o Outro que por sua vez resulta em um movimento social homogêneo, visando a dependência mútua de relações sociais e políticas. Lévi-Strauss (1986, p. 97) diz que, “se a sociedade depende da cultura, a família é, no seio da sociedade, a emanação de exigências naturais com as quais é absolutamente necessário compor, senão, sociedade alguma nem a própria humanidade, poderia existir”. Lévi-Strauss reconhece, em sua obra, a importância do sistema de parentesco no estabelecimento de laços, para ele, nas análises antropológicas identificam que “de geração em geração, as mesmas alianças ou alianças vizinhas repetem-se, a estrutura familiar e social é simplesmente reproduzida” (Lévi-Strauss 1986, p. 115). O processo de descendência acontece como fruto do processo social de aliança, portanto, a linhagem de descendência é identificada por um sistema de parentesco, neste sentido a família tem papel fundamental para a relação de troca e nas manifestações da comunicação deste sistema.

As vias e os meios do sistema de parentesco possibilitam a constituição de outras sociedades a partir de novas alianças, nas quais são conduzidas por regras e normas, e por um sistema de comunicação que viabiliza a interação. Neste sentido, segundo Lévi-Strauss (1986, p. 207) “a condição de reconhecer a linguagem, como qualquer outra instituição social, pressupõe funções mentais operando ao nível inconsciente, que se pode ficar em posição de esperar, para além da continuidade dos fenômenos” (Lévi-Strauss, 1986, p. 207). A linguagem é, portanto, uma condição que manifesta a subjetividade, os significantes e os significados da vida de um sujeito.

Ao destacar as condições de criação da família e o estabelecimento de laços matrimoniais entre os grupos, Roudinesco (2003) aponta a proibição do incesto formulada no texto de Lévi-Strauss como necessária para a constituição familiar, tal instituição possui implicação na história da humanidade, na qual percorre sobre a passagem da natureza à cultura. Desde modo, “a proibição do incesto é, portanto, tão necessária à criação de uma família quanto à união de um macho com uma fêmea” (Roudinesco, 2003, p. 11). A interdição está associada à função simbólica e permite diferenciar o mundo animal do mundo humano, originando de tal diferenciação a sociedade. Segundo Roudinesco (2003, p. 12), “a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendente uns aos outros; um genos, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa etc.”

Assim, Roudinesco (2003) apresenta que em civilizações antigas anteriores à proibição pela igreja cristã havia o consentimento do casamento entre parentes consanguíneos, e, portanto, para a conceitualização do grupo familiar tornava-se necessário a compreensão da história e as mudanças que a caracterizam. Para a autora, tais mudanças respondem por um processo evolutivo, no qual distinguem tal evolução em três períodos: o primeiro em que a família é compreendida como tradicional, em que a transmissão de um patrimônio é assegurada, os casamentos ocorrem usualmente com sujeitos em idade precoce e são arranjados entres os pais. O segundo momento seria a família moderna, na qual possui uma concepção afetiva fundada no amor romântico, valorizando a divisão do trabalho entres os cônjuges e a autoridade é atribuída entre o Estado e os pais. Em terceiro, a família contemporânea em que uni dois sujeitos em busca de relações interpessoais, no aspecto autoridade se observa implicações na medida em que ocorrem os divórcios e na organização conjugal.

A análise do grupo não passa apenas por observar a estrutura das relações, mas também como o sujeito se insere nos laços sociais e nesse registro, a psicanálise se destaca. No texto “*Psicose e Laço Social*”, Quinet (2006) apresenta Lacan e a sua teoria da Ética do bem dizer, na qual é correlacionada ao sujeito e trata-se de “uma ética relativa à implicação do sujeito, pelo dizer, no gozo que seu sintoma denuncia” (Quinet, 2006, p. 13). Uma vez que, é por intermédio da fala que o sujeito se manifesta, desta maneira, o sintoma é a manifestação da subjetividade, e é por meio da estrutura da linguagem do inconsciente que o sujeito se apresenta e se insere nos discursos com o Outro do laço

social. A situação de análise permite a investigação da estrutura clínica do sujeito, bem como as estratégias utilizadas por ele para unificar o desejo e o gozo do Outro. Segundo o autor, na teoria dos discursos de Lacan os laços sociais são tecidos, são os atos expressos na relação do sujeito com o outro. Conforme Quinet (2006, p. 17),

O discurso como laço social é um modo de aparelhar o gozo com a linguagem, na medida em que o processo civilizatório, para permitir o estabelecimento das relações entre as pessoas, implica a renúncia da tendência pulsional em tratar o outro como um objeto a ser consumido: sexual e fatalmente. [...] A civilização exige do sujeito uma renúncia pulsional. Todo laço social é, portanto, um enquadramento da pulsão, resultado em uma perda real do gozo.

Considerando a estruturação do sujeito no mundo a partir das leis da linguagem, Quinet (2006) estabelece uma discussão sobre o laço social, referindo-se à teoria do discurso de Lacan e à elaboração do mais-além do Édipo no ensaio de 1969-1970. Nesse momento, há uma aproximação entre o campo do saber e do gozo, dado que é a partir do registro do simbólico que surge a ordem do impossível, pois o significante produz o gozo, ou seja, institui uma relação com o real. A categoria do discurso no qual o sujeito se insere expõe a estrutura da relação do sujeito em seu encontro, organizando a utilização da linguagem entre as pessoas, Lacan refere-se ao discurso como sendo um campo definido, um campo já estruturado de um saber, fundado sobre a linguagem.

Nas sociedades modernas, na qual o discurso se estrutura a partir da produção de saber, o mal-estar se apresenta nas doenças dos discursos, resultante do discurso capitalista, que objetifica o gozo, o individualismo e a competitividade. Segundo Quinet (2006), o discurso capitalista, propõe ao sujeito uma relação com o objeto de consumo de modo abrupto e de curto prazo, no qual pode acarretar no sujeito sentimento de frustração, decepção, tristeza, tédio, como também, as variadas doenças resultantes deste discurso. Lacan diz que “todo laço social é um discurso determinado pelo gozo e sobre o gozo. O laço social é uma estrutura discursiva da dominação do gozo” (Quinet, 2006, p. 30). É a partir do campo do gozo que o discurso se constitui laço social e o sujeito apropria-se de um lugar, implicando em um paradoxo de prazer no desprazer.

Contra o imperativo da competitividade neoliberal, Quinet (2006) apresenta a proposta formulada pela psicanálise a ética do falta-a-ter, que se chama desejo, a gestão não no campo financeiro, mas no campo da libido. Nesse sentido, é preciso uma ética para barrar o imperativo do gozo imposto pelo discurso capitalista, sendo este composto

a partir do individualismo e da competitividade. Sem a conceitualização do objeto *a* não se tornaria possível a constituição do campo do gozo e a teoria dos discursos como laços sociais. O objeto *a* é definido pelo desejo, é a causa do desejo e comparece no ato analítico permitindo assim a redefinição dos conceitos de transferência e interpretação.

Para Lacan, o campo do gozo é operacional e estruturado pela linguagem. Os discursos são as ferramentas de tratamento do gozo nos laços sociais. Em vista disso, o sujeito equivale a falta de um significante que diga o que ele é, este é definido como membro da cadeia falta-a-ser, e o discurso é equivalente à fala, no qual é estruturado pelos ditos, “o discurso é a conjunção do enunciado com a enunciação” (Quinet, 2006, p. 26).

Os quatro discursos são definidos de acordo com Quinet (2006, p. 34) como,

No discurso do mestre, o governo se instaura a partir de leis, projetos de sociedade, programas, etc. No discurso universitário, a educação se dá pela aplicação do saber, como o saber universal. No discurso histórico, o agente do discurso é o sujeito inconsciente com o seu sintoma e sua divisão, o discurso é embasado pelo objeto *a* mais de gozar. No discurso do analista, o analista com semblante de objeto *a* se sustenta no seu ato de saber sobre a castração.

Na teoria do discurso o elemento que domina o laço social é a manifestação por meio da linguagem, em outras palavras, o mal-estar se apresentada no discurso do sujeito, e o objeto *a* significa a renúncia às pulsões libidinais, “quando se toma um laço social, pode-se avaliar em qual discurso se está através do dominante ou daquilo que esse discurso confessa querer dominar” (Quinet, 2006, p.35).

Deste modo, mediante a linguagem, o discurso estabelece relações no campo do gozo, este são os laços entre as pessoas. Para Lacan, o laço social refere-se a uma relação de dominação, em que há a articulação entre dois lugares, ou seja, a relação de dominante e dominado, assim, pode-se dizer que, infere na relação de apropriação realizada pelo sujeito, em particular na relação do sujeito com o Outro. Neste sentido, a sociedade é uma fragmentação de laços sociais e o mal-estar é o produto dos discursos dominantes na sociedade, os discursos são denominados por: discursos do mestre, do universitário e do capitalista, sendo o discurso do analista o único laço social que trata o outro como sujeito. Ademais, “o discurso do analista se coloca como uma única modalidade de tratamento do mal-estar” (Quinet, 2006 p.38).

### 3. A CULTURA E O SUJEITO CONTEMPORÂNEO

A vida em sociedade é atravessada pela produção de subjetividade traçada por desejos, valores, hierarquia, sensações e afetos. Para Guattari e Rolnik (1996) a cultura é reacionária porque produz indivíduos articulados uns aos outros em um sistema hierárquico de valores e submissão explícita e que modela a subjetividade, não somente no âmbito individual, mas na dimensão social, bem como também subjetividade inconsciente que pode alcançar níveis diferentes da produção e do consumo.

Guattari e Rolnik (1996) apontam a cultura de massa como elemento produtor de uma subjetividade capitalista em que modos de subjetivação individualizadas são produzidas. Tais processos geram modelos de relações com o outro, de produção e de criatividade, elaborando uma subjetividade completamente adequada às demandas consumistas do capitalismo global.

Nas palavras dos autores,

A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder. Não apenas poder sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também poder de atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros (Guattari e Rolnik, 1996, p.20).

Guattari e Rolnik dizem que subjetivação é a produção de subjetividade, como matéria prima moderna em sua forma mais desenvolvida, “a produção da subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção” (Guattari e Rolnik, 1996, p.26). A produção subjetiva capitalista é semeada em grande medida pelas mídias de massa as transferências enunciadas por meio dos significantes, tampouco se reduz a identificação ou identidade, trata-se de um sistema de conexão de controle social e as instâncias psíquica de compreender o real. Esta se encontra no seio das forças de consumo, econômica, política e social. Guattari e Rolnik (1996) argumentam que todos os fenômenos da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade, trata-se de um processo de constituição subjetiva coletiva que não é resultante de subjetividades individuais, elas são produzidas por forças exteriores nos sujeitos.

A produção de subjetividade está articulada a gestão do poder. Todo e qualquer trabalhador social, como por exemplo, jornalista, psicólogos de qualquer abordagem, assistentes sociais, educadores, dentre outros, que desenvolvam trabalho pedagógico ou cultural em comunidades de periferia, em conjunto habitacional, atuam na produção de subjetividade, “qualquer revolução ao nível macropolítico diz também respeito à produção de subjetividade” (Guattari e Rolnik, 1996, p. 30).

Ao pensar nisso, Guattari e Rolnik (1996) formulam o conceito de agenciamento coletivo de enunciação para se diferenciar a constituição da subjetividade ou para as instâncias psíquicas propostas na teoria de Freud. Para os autores;

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização, ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centradas em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistema maquínico, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, etológico, antropológicos), quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, intrapessoal (sistema de percepção, de sensibilidade, de afeto, desejo, representação, imagens, de valor) “Guattari e Rolnik, 1996, p, 31).

O sujeito torna-se resultante de uma produção de massa e consumidor das demandas artificiais produzidas pelos dispositivos capitalistas, uma vez que a subjetividade é modelada por meio das relações sociais. Nesta perspectiva, os fenômenos sócio-históricos ocorrem nas sociedades contemporâneas carregados de sofrimento, angústia, desejos, provocando situações e surgimentos de novos quadros clínicos, Birman (2005) salienta sobre o impacto desses fenômenos na constituição da subjetividade, dado que na atualidade “o mal-estar se inscreve sempre no campo da subjetividade” (Birman, 2005, p. 15).

Nesse percurso, o mal-estar na atualidade se insere nos novos destinos do desejo por meio da manifestação do inconsciente e da sintomatologia. Em suas formulações, Birman (2005) propõe pensar em um estilo de análise que poderia dar conta do mal-estar na atualidade e nos novos destinos das demandas do desejo. Segundo o autor, a separação entre corpo e subjetividade não é sustentável na leitura freudiana, de tal modo que não restringiria somente o corpo, mas também ao afeto, para Birman (2005, p. 21), “a afetividade é absolutamente crucial para que se possa ficar no mesmo cumprimento de onda dos sofrimentos atuais, já que a intensidade e o excesso pulsional seriam

características marcantes desses sofrimentos”. Assim, como resultante, o corpo e o afeto conferem uma posição na interpretação subjetiva, no qual foi possível observar tanto na teoria do apego quanto na teoria do vínculo, cada uma a sua maneira, a importância das primeiras vinculações entre o sujeito, a figura materna e os objetos, e como esses laços manifestam a estrutura subjetiva do sujeito.

A prática analítica desenvolvida pelo(a) analista permite uma ação que articula a teoria com os conceitos do corpo e de afeto, ao pensar nisso analisa-se o efeito da sublimação articulado aos desejos. Nota-se que as culturas ocidentais constituem dimensões sociais com fragmentações subjetivas, que, segundo Birman (2005), não se trata somente de novas formas subjetivas, mas sim sobre o processo histórico de modernização social e quais modalidades de subjetividade são produzidas e reproduzidas na modernidade.

A modernidade e seus impasses introduzem nas relações interpessoais aspectos nitidamente agonísticos, em torno da possibilidade de extração do gozo por meio do outro, no qual o põe em um processo de objeto a ser usufruído. No mal-estar na civilização, Freud (2010) sugere que a maior fonte de sofrimento humano está na relação entre os sujeitos, ou seja, o mal-estar é própria aos laços sociais.

As relações estabelecidas entre o sujeito e o outro atravessam da necessidade para o desejo, transitando do princípio do prazer para o princípio de realidade. O princípio do prazer estabelece, segundo Freud (2010), a finalidade da vida, e na contemporaneidade, a busca constante por certo tipo de felicidade que não pode ser interrompida faz com que o sujeito, de forma consciente ou inconsciente, busque por aquilo que traga satisfação e bem estar. Contudo, o princípio do prazer é incompatível com o mundo externo, o que pode gerar um conflito entre o sujeito, os desejos e sob aspectos éticos e morais expostos sobre códigos de condutas a serem seguidas e exigidas pela sociedade.

As exigências contidas no processo civilizatório, nas quais em sua diversidade são impossíveis de se realizar afligem grande parte de sociedades e das culturas, para Freud (2010) há um recalque das pulsões que se constitui de fontes de mal-estar e sofrimento, seja por meio da natureza, da fragilidade do corpo, do relacionamento entre as pessoas de uma maneira geral, familiares, o Estado e a sociedade.

A renúncia e a restrição das satisfações resultam em sujeitos neuróticos e tal processo possui estreita relação com a busca pela felicidade, a qual é compreendida como

individual na modernidade. Segundo Freud (2010), o que chamamos de felicidade advém da satisfação repentina de necessidades repressadas, entretanto com medo da infelicidade, o sujeito costuma moderar suas pretensões a ela. Nas palavras do autor, o sujeito pode sofrer a partir de três dimensões:

Do próprio corpo, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência. Do mundo externo, que pode se abater sobre nós com força poderosíssima, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina dessa fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outra (Freud, 2010, p. 31).

Nesta perspectiva, o sofrimento é inerente a existência humana. A felicidade que é imposta pelo princípio do prazer é inacessível ao sujeito devido as restrições da constituição humana, mas ainda assim, este não é capaz de abandonar os esforços para de alguma maneira torná-la realizável. Para Freud (2010, p. 41), “cada um tem que descobrir à sua maneira particular de ser feliz”, e o sujeito por meio da capacidade subjetiva adapta a sua função às demandas e a aproveita para conquistar prazer.

Em uma direção diferente, Ferreira (2020) apresenta no texto “*Diálogos sobre o Social e a Psicologia*”, uma história da formulação do conceito de subjetividade ao longo dos séculos por diferentes autores que utilizam o estudo da subjetividade e o social como ferramenta conceitual para refletir a condição humana. No século XX, a subjetividade é fundamentada também com pensadores como, por exemplo, Michel Foucault, Deleuze e Guattari, em que possuem influência do pensamento nietzschiano, e entendem que a subjetividade está ligada aos conceitos de força, verdade e crítica à natureza. Para Ferreira (2020, p.179), a subjetividade é “fruto do entrecruzamento de forças. As questões relativas ao poder e à produção da subjetividade alicerçam a compreensão de que os sujeitos são produzidos por forças que se atravessam”. Em tal cenário, a psicanálise também pensa a subjetividade como forças produtivas porque esta é a natureza do inconsciente, produção que opera discursivamente e no laço social.

Neste sentido, a noção de subjetividade pressupõe a relação entre os sujeitos, seja pelo viés das ideias relativas à alteridade, ao laço social ou ao coletivo. Todavia, tais forças são atravessadas necessariamente pelos agenciamentos do capitalismo. Portanto, para pensarmos a subjetividade humana contemporânea, nos encontramos com as formas de vinculação construída nas redes de sociabilidade e forças midiáticas e capitalísticas.

O vínculo está presente na experiência humana ao longo da vida de um sujeito. A Psicologia, portanto, tem papel importante na compreensão de suas formas e, por conseguinte, dos modos que a constituição da subjetividade ocorre no contemporâneo, nas problemáticas complexas que estão envolvidas na maneira como o laço social tece suas tramas, seus nós e redes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho percorre um caminho que visa lançar luz sobre a questão do sujeito como ser social filiado, portanto, ao outro e a um grupo desde do início da vida. É nesse campo de relações que as tensões existem e são manifestadas nas relações sociais. Suas consequências, por um lado, são sentidas coletivamente e influenciam na dinâmica do grupo, por outro, compõem parte significativa do desenvolvimento da subjetividade, uma vez que, a experiência com o outro constitui a percepção do mundo e da vida em sociedade.

Como vimos, na teoria do vínculo e na teoria do apego, a concepção do eu se constitui a partir da vinculação inicial que acontece do encontro com o primeiro Outro, usualmente a mãe ou aquele(a) que fornece a função do cuidar. Em tal laço, o sujeito se constitui enquanto tal, edificando a subjetividade, ao mesmo tempo, tende a repetir, inconscientemente, em suas relações futuras. Neste processo, a linguagem possui papel significativo. O inconsciente se manifesta por meio da linguagem, e é o que faz a psicanálise ser uma *práxis* operando por meio da fala, fazendo com que o sujeito se apresente e se insira nos discursos do Outro no laço social.

Os processos e recursos psicossociais do vínculo, envolvem o estudo da constituição da subjetividade, no qual o sujeito é visto como uma totalidade integrada entre o psíquico, o corpo e o mundo externo. Deste modo, é impossível conceber uma interpretação de sujeito sem levar em conta seu contexto histórico-social como influência no processo de subjetivação.

De uma maneira geral, as relações interpessoais existentes nos grupos em que o sujeito é pertencente, participa da constituição das percepções, dos sentimentos e das condutas. Condutas expressas por padrões sociais produzidos e reproduzidos pelo grupo, pelas mídias de massa e por forças da subjetividade modelada pelo capitalismo e que cola no outro as imagens de consumo para o eu. Portanto, ao pensar o sujeito imerso no campo social ou como parte constituinte de um grupo, pode-se pensar sobre as tramas que compõem as forças de composição da sociedade quanto reflexo da própria imagem interpretativa da realidade.

## REFERÊNCIAS

- Barros, Marcelo Alves; Laburú, Carlos Eduardo; Rocha, Zenaide F.D.C. **Análise do Vínculo entre grupo e professora numa sala de ciência do Ensino Fundamental.** Ciência & Educação, 2007, Vol. 13 (2), p. 235-251. Acesso em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/VpflN6PRg6RNYCfF8463xjL/abstract/?lang=pt>
- Bion, Wilfred Ruprecht. **Experiência com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo**; Tradução e prefácio [de] Walderedo Ismael de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro, Imago; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- Birman, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**/ Joel Birman. - 5º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Bowlby, John,1907- **Apego e perda: apego.** v. 1/ John Bowlby: [tradução de Álvaro Cabral]. - 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Bowlby, John. **Cuidados maternos e saúde mental**/ John Bowlby, com a colaboração de Mary D. Salter Airnsworth: Resumo e editoração Margery Fry; Tradução Vera Lúcia Baptista de Souza e Irene Rizzini; Revisão Luiz Lorenzo Rivera. – São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- Bowlby, John. **Formação e Rompimento dos laços afetivos** / John Bowlby; Tradução Álvaro Cabral; Revisão Luiz Lorenzo Rivera. 3º ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Fernandes, Julia Braga do P; Junior, Carlos Augusto Peixoto. **Apego e comunicação: considerando o desenvolvimento infantil sob a ótica da etologia e da psicanálise.** Psicologia USP, volume 32. Rio de Janeiro, 2021. Acesso em: 26 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/f6pbP5y9GZK8WrqKz9mh7mH/abstract/?lang=pt>
- Ferreira, Marcelo Santana. **Diálogos sobre o Social e a Psicologia**/ Organização de Marcel Santana Ferreira, Renato Sampaio Lima e Leonardo Pinto de Almeida. - Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.
- Freud, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)** / Sigmund Freud; Tradução Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 06- 40.
- Fuks, Betty Bernardo; Rudge, Ana Maria. **Em torna da complexa articulação sujeito e cultura.** Psicol. USP 29 (1). Jan-Apr 2018. Acesso em: 21 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/DFWsmNtrT4DHTmHVXb3YQdd/?lang=pt>
- Golin, Gabriela; Benetti, Silvia Pereira da Cruz. **Acolhimento precoce e o Vínculo na Institucionalização.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jul-Set 2013, Vol. 29 n. 3, pp. 241-248. Acesso em: 23 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/bQhqDNZqcyXLP5gnzmDtQmb/?lang=pt>
- Guattari, Félix; Rolnik, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 4. Ed. 1996. pp. 11- 35.
- Guerra, Andréa Máris Campos. **A psicanálise no campo da Saúde Mental Infanto-Juvenil.** Psychê. São Paulo, Jan-jun. 2005. pp. 139-154. Acesso em 25 de abril de 2023.

Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382005000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100011)

Lapassade, Georges. **Os grupos: Pesquisa, formação e intervenção**. IN: Grupos, organizações e instituições. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977. pp. 65-97.

Lévi-Strauss, Claude. **O olhar distanciado. Composto e impresso na Tipografia Guerra**. Viseu para EDIÇÕES 70 em janeiro de 1986. p.69-212.

Lewin, Kurt. **Experimentos com espaço social**. IN: K. Lewin. (Org), Problemas de dinâmica de grupo. São Paulo: Cultrix. 1948.

Klein, Melanie. (Org.). **Novas tendências na psicanálise** (2a. ed.). Rio de Janeiro: Guanabara. 1969.

Monteiro, Maria Adelane Alves; Pinheiro, Ana Karina Bezerra Pinheiro; Souza, Ângela Maria Alves e. **Vivência De Puérperas Com Filhos Recém-nascidos Hospitalizados**. IN: Escola Anna Nery, Revista De Enfermagem, 2007, jun, Vol. 11 (2), p: 276-282. Acesso em 26 de abril de 2023, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/bQhqDNZqcyXLP5gnzmDtQmb/?lang=pt>

Pichon-Rivière, Enrique. **Teoria do Vínculo/ Enrique Pichon-Rivière; seleção e organização Fernando Taragano; tradução Eliane Toscano Zamikhowsky; revisão técnica Marco Aurélio Velloso; revisão Monica Stahel. - 6º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.**

Pion, Danielle Abdel Massih; Bocchi, Silvia Cristina Mangini; Vieira, Camila Mugnai; Chirelli, Mara Quaglio. **A reciprocidade na relação professor-estudante em um curso de médico que utiliza métodos ativos**. Revista eletrônica de educação (São Carlos), 2019, Vol. 13 (2), p. 619-631. Acesso em :24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2506>

Quinet, Antonio. **Os outros em Lacan/ Antonio Quinet. - Rio de Janeiro: Zahar, 2012.**

Quinet, Antonio. **Psicose e Laço Social/ Antonio Quinet - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. pp. 09-56.**

Roudinesco, Elisabeth. **A família em desordem / Elisabeth Roudinesco; Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.**

Saruwatari, A. A. F., Gaviglia, V.L., & Antonio, C.A. (2018). **Reflexões psicanalíticas a respeito do vínculo materno na construção do sujeito**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 7(3), 479-492. doi:10.17267/3394rpds.v7i3.2021. pp. 479-492. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2021>

Winnicott, Donald W. **A tendência anti-social**. IN: Privação e delinquência / D. W. Winnicott; tradução Álvaro Cabral; revista da tradução Monica Stahel. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. pp. 135- 147.

Winnicott, Donald W. **O alicerce da saúde mental**. IN: Privação e delinquência / D. W. Winnicott; tradução Álvaro Cabral; revista da tradução Monica Stahel. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005b. pp. 191-194.

Zaslavsky, Jacó; Santos, Manuel J. Pires dos. **Contratransferência em psicoterapia e psiquiatria hoje**. Rev Psiquiatr RS set/dez 2005. acesso em 20 de março de 2023.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/rprs/a/ygGdrGNbkyZDSFKBrfS4rZq/?format=pdf&lang=pt>